

Arthur Valle
Camila Dazzi
Isabel Portella

Oitocentos

TOMO III

Intercâmbios Culturais entre Brasil e Portugal

2ª Edição

Rio de Janeiro
CEFET/RJ
2014



2014

Realização da Publicação

CEFET/RJ

UFRRJ

Museu da República/RJ

Organização

Arthur Valle

Camila Dazzi

Isabel Portella

Projeto Gráfico

Camila Dazzi

Revisão e Editoração

Smirna Cavalheiro/ComTexto

Editoras

CEFET/RJ

DezenoveVinte

Correio eletrônico

dezenovevinte@yahoo.com.br

Meio eletrônico

A presente publicação reúne os textos de comunicações apresentadas de forma mais sucinta no III Colóquio de Estudos sobre a Arte Brasileira do Século XIX. Os textos aqui contidos não refletem necessariamente a opinião ou a concordância dos organizadores, sendo o conteúdo e a veracidade dos mesmos de inteira e exclusiva responsabilidade de seus autores, inclusive quanto aos direitos autorais de terceiros.

700
O39

Oitocentos - Tomo III : Intercâmbios culturais entre Brasil e Portugal. 2ª.
Edição / Arthur Valle, Camila Dazzi, Isabel Portella (organizadores).- Rio de Janeiro: CEFET/RJ, 2014. II.
600 p.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7068-010-5

1. Arte. 2. Arte – Brasil. 3. Arte – Portugal. 4. Arte – História. I. Valle, Arthur. II. Dazzi, Camila. III. Portella, Isabel. IV. Título.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7068-010-5



9 788570 680105



8. A Cultura Artística dos Imperadores do Brasil: Contextos para a Valorização Salvaguarda e Difusão do Património Português

Clara Moura Soares e Rute Massano Rodrigues¹



Lemos estudado as ações desenvolvidas por D. Pedro IV de Portugal no âmbito da valorização e salvaguarda do património histórico e artístico nacional, depois de ter abdicado da coroa brasileira. O período em questão, apesar de compreender apenas dois anos (1832-1834), tem-se revelado bastante profícuo no registro de uma mudança de mentalidade em Portugal, tanto cultural como educativa, em plena Guerra Civil². Este tem sido um aspecto pouco valorizado pelos investigadores, centrando-se estes nas ações políticas do soberano. Apesar de decisivas, as medidas desenvolvidas por D. Pedro IV tiveram também alcances culturais e artísticos que pretendemos destacar.

Já em relação ao seu filho, D. Pedro II, é inquestionável a proteção que conferiu à cultura e às artes plásticas. À frente do Império brasileiro durante quase meio século, promoveu artistas, adquiriu obras de arte, investiu no ensino, incrementou o gosto pela fotografia, o hábito das viagens culturais. Mas de que forma a sua educação artística, e as suas raízes portuguesas, se refletiram na valorização e difusão do património artístico luso? A passagem por Portugal, em 1871 e 1872, e os relatos que dela ficaram, são fundamentais para a perceção dos ecos que esta viagem teve no Brasil, bem como das consequências que daí advieram para a divulgação e valorização do património histórico-artístico português em terras brasileiras.

¹ Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

² SOARES, Clara Moura; RODRIGUES, Rute Massano. A salvaguarda do património histórico-artístico na regência de D. Pedro IV: a consciência patrimonial no contexto das guerras liberais. **Atas do Simpósio Património em construção**. Contextos para a sua preservação. Lisboa: LNEC, 2011, p. 351-358.

D. Pedro I do Brasil, IV de Portugal: educação e ação cultural

Apesar da predileção que o *Rei-soldado* desde cedo revelou pela vida militar, não deixou de estudar letras, humanidades e ciências³. São também afamados os seus dotes musicais, celebrizados pelo pintor brasileiro Augusto Bracet, que o representa a compor ao piano a música do Hino da Independência.

O Imperador interessava-se também pelo desenho, pintura, litografia e escultura, gostos que lhe haviam sido estimulados na infância pelo “pintor da camara e da corte”, Domingos António de Sequeira (1768-1837)⁴. No Brasil, terá mesmo frequentado a Academia de Belas-Artes⁵, embora sejam diminutos os trabalhos artísticos que se sabem ser de sua autoria. Os seus biógrafos dizem que produziu, sobretudo, objetos de madeira, admitindo que era “exímio nas artes de mecânico, de marceneiro e de torneiro”. Dotes que em Portugal praticamente desconhecemos.

Embora pouco tempo lhes tivesse dedicado, relevou igualmente alguma sensibilidade para a poesia, sendo de sua autoria alguns versos e sonetos⁶. Ainda no domínio da escrita, o jornalismo foi outra das paixões de D. Pedro, tendo escrito muitos artigos polémicos no “Espelho” e no “Diário Fluminense”, onde pôs em evidência a frontalidade e a intransigência que o caracterizavam.

No Brasil, D. Pedro encetou algumas medidas importantes de âmbito cultural. A mais assinalável talvez seja a criação da Imperial Escola de Belas-Artes, em 1826, em substituição da antiga Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, fundada, em 1816, por seu pai, D. João VI. Com edifício próprio desde 1826, devido ao arquitecto francês Grandjean de Montigny⁷, viu renovados os currículos escolares, proporcionando o incremento da educação artística, e promoveram-se várias exposições⁸.

³ SANTOS, Eugénio dos. **D. Pedro IV, liberdade, paixões, honra**. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2006, p. 22.

⁴ *Ibidem*, p. 10.

⁵ *Ibidem*, p.119.

⁶ COSTA, Sérgio Corrêa da. **As quatro corôas de D. Pedro I**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 111-115.

⁷ ALMEIDA, Bernardo Domingos de. Portal da antiga Academia Imperial de Belas-Artes: A entrada do Neoclassicismo no Brasil. **19&20**, Rio de Janeiro, v. III, n. 1, jan. 2008. Disponível em: http://www.dezenovevinte.net/arte%20decorativa/ad_portalaiba.htm Acesso em: 16 ago. 2012.

⁸ http://pt.wikipedia.org/wiki/Academia_Imperial_de_Belas_Artes Acesso em: 16 ago. 2012.

Em Portugal, as Academias de Belas-Artes, dotadas de uma dinâmica semelhante à congénere brasileira, apenas seriam fundadas em 1836, no reinado de D. Maria II. Sob influência do modelo paterno, instituído no Brasil, ou das renovadoras ideias trazidas da Europa pelo rei consorte, D. Fernando II, concretiza-se, a partir de então, em Portugal, uma decisiva aposta na formação artística.

Em Portugal (1832-1834): ação cultural e artística

Embora tenha nascido em Queluz, a curta vida de D. Pedro foi passada maioritariamente no Brasil. Para lá embarcou com a corte portuguesa, em 1807, apenas com 9 anos de idade, para regressar definitivamente em 1832, após ter abdicado da coroa brasileira em favor do seu filho, D. Pedro II.

O tempo que passa em Portugal, dominado pelos episódios da Guerra Civil contra o partido absolutista, corresponde aos dois últimos anos da sua vida, vindo a falecer a 24 de Setembro de 1834, vítima de tuberculose, com apenas 35 anos de idade. Durante esse período, apesar das “fadigas da guerra”, as preocupações com a instrução e a sensibilidade artística de D. Pedro IV são notórias, sendo testemunhadas pela própria filha, que lhe salienta o desejo de promover *a civilização dos Portuguezes, diffundir o gosto do bello, e proporcionar todos os meios de auxiliar a Instrução Publica*⁹. À sensibilidade do soberano associa-se à missão do Estado liberal que, querendo distinguir-se do “desleixo de Governos quasi selváticos”, tem a obrigação de proteger os seus bens mais preciosos.

Portugal viveu, durante as primeiras décadas do século XIX, um período de grande instabilidade e incúria, marcado pelas invasões francesas, pela ausência da Corte e pela Guerra Civil. É neste ambiente conturbado que se procura reforçar a identidade nacional e fortalecer a instrução dos cidadãos, a exemplo do que em França se fez na sequência da Revolução Francesa.

Várias foram as personalidades nacionais que se avultaram junto de D. Pedro nesta missão, entre os quais destacamos o escritor Almeida Garrett, o historiador Alexandre Herculano, o bibliotecário António Nunes de Carvalho e o pintor João Baptista Ribeiro. Essas terão contribuído para o êxito das medidas

⁹ Decreto de 12 de Setembro de 1836.

tomadas pelo Regente no domínio da cultura, da educação e das artes plásticas, mas, sobretudo, ajudaram a abrir caminho para o incremento cultural vivido em Portugal a partir de então.

- O Museu Portuense

Em Abril de 1833, D. Pedro IV ordenou a fundação, na cidade do Porto, do Museu Portuense, o primeiro museu público de arte do país, destinado a exibir pinturas e estampas. A colecção do museu, instalado no Convento de Santo António da Cidade, seria formada pelo espólio da Academia Real de Marinha e Comércio da Cidade, pelo património proveniente de sequestros e expropriações realizadas a traidores e rebeldes durante as guerras liberais, a que se juntariam os bens vindos dos conventos suprimidos pela lei de 1834¹⁰.

As principais missões do museu passavam pela preservação do património artístico incorporado e pela promoção da sua utilização para fins culturais e pedagógicos, no âmbito da reforma educativa em curso. O artista e professor de belas-artes, João Baptista Ribeiro, seu primeiro diretor, foi então encarregado por D. Pedro IV de o organizar. De todo o processo nos dá conta num folheto publicado em 1836 sob o título: *Exposição histórica da criação do Museu Portuense: com documentos officiais para servir à Historia das Bellas Artes em Portugal e á do Cêrco do Porto*.

A criação deste museu, ainda durante o Cerco do Porto, assinala “uma nova prática da museologia”, protagonizada por D. Pedro IV, passando os museus, em Portugal, “a ser entendidos como instituições ao serviço do público”¹¹.

O desaparecimento prematuro do regente impediu-o de ver concretizado o projeto do Museu Portuense; coube à rainha, D. Maria II, levar o mesmo por diante, dando vida àquilo que foi um desígnio do seu pai.

¹⁰ SANTOS, Paula Mesquita. Museu Nacional de Soares dos Reis: um contributo para o estudo da museologia português. **Revista Museu**, Lisboa, IV Série, n. 3, p. 21-58, 1995.

¹¹ TEIXEIRA, Madalena Brás. Los principios de la investigación y de la actividade museológica en Portugal. **Revista de Museologia: Museos y Museologia en Portugal – Una Ruta Iberica Para el Futuro**. Madrid: Asociación Española de Museólogos, 2000, p. 25.

- *Extinção das ordens religiosas e criação do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos (DLEC)*

A supressão das casas conventuais e a consequente nacionalização dos seus bens constituiu a maior incorporação maciça de património por parte do Estado, conduzindo a uma experiência inédita de gestão de um incalculável número de bens.

Sabemos que os prejuízos foram incomensuráveis. A documentação coeva testemunha frequentemente a ruína e os furtos ocorridos durante o atribulado processo de desamortização dos bens da Igreja. No entanto, as mesmas fontes também revelam o estabelecimento de uma estrutura organizacional destinada a inventariar, conservar e redistribuir as obras que agora pertenciam ao Estado, criando para o efeito o *Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos*, no Convento de São Francisco de Lisboa.

António Nunes de Carvalho foi o escolhido para organizar *um depósito das livrarias, cartórios, pinturas e demais preciosidades literarias e científicas dos extintos conventos*. A sua preparação intelectual, a adesão ao liberalismo e a proximidade de D. Pedro IV, muito terão pesado na sua escolha para desempenhar um cargo tão exigente¹².

Um dos principais objetivos do DLEC era distribuir os bens arrecadados, conduzindo-os para os locais que se julgava mais adequados, tendo em vista a instrução e a utilidade social. A primazia seria dada às instituições públicas, cabendo às Academias de Belas-Artes a escolha das melhores obras de arte.

O DLEC alicerçou a sua ação numa coerência de valores e princípios que revelam a determinação do governo liberal em assegurar uma criteriosa gestão dos bens provenientes dos conventos extintos. Não importava apenas afirmar o poder do Estado ou engrossar o seu património. Promover o conhecimento, a salvaguarda e a divulgação de inúmeros objetos que até então permaneciam acessíveis a uma escassa minoria é cada vez mais a missão do Estado liberal.

¹² BARATA, Paulo. **Os livros e o liberalismo**. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003, p. 37.

- O restauro dos monumentos

Com a secularização dos conventos, os seus espaços foram objeto de apropriação e instalaram-se ali inúmeros serviços públicos. Onde outrora se praticavam os ofícios da fé passaram a funcionar hospitais, quartéis, escolas, tribunais, hospícios, prisões ou sedes do aparelho burocrático estatal. A falta de preparação, tanto técnica como financeira, para enfrentar os problemas de conservação impostos por tantos edifícios, conduziu a que a regra fosse “inventar novas utilizações para edifícios que tinham perdido a sua função original”¹³. A reutilização não evitou, no entanto, a degradação desses imóveis, levando mesmo à sua deturpação por parte dos novos inquilinos.

Do estado de calamidade com que grande parte dos monumentos se vai confrontando, nos dão conta alguns intelectuais, como Alexandre Herculano, Almeida Garrett ou António Feliciano de Castilho. Porém, a valorização histórica e artística de alguns complexos conventuais, como o Mosteiro de Santa Maria de Belém, atribuindo-lhe novas funções, mas com a contrapartida de o ver conservado e restaurado por parte dos usufrutuários – a Casa Pia de Lisboa –, ou a determinação de que se procedesse à inventariação dos bens não sagrados do Convento de Nossa Senhora da Pena, depois de ordenada a sua extinção, e *que se conservasse a igreja com toda a decencia sem tirar cousa alguma de suas imagens ou ornatos*, inscrevem-se num conjunto de orientações que contribuem para o entendimento do pensamento de D. Pedro IV no âmbito da salvaguarda patrimonial. Não nos parece ocasional que o monarca se tenha feito representar numa tela de Maurício Sendim, ladeado pela sua filha, D. Maria II, e da sua jovem esposa, duquesa de Leuchtenberg, junto a uma das arcadas do piso térreo do claustro do mosteiro de Santa Maria de Belém, numa visita oficial realizada ao monumento [Figura 8.1].

Também foi D. Pedro IV quem encarregou, em 1834, o arquiteto Possidónio da Silva de projetar, de forma harmoniosa, a conclusão do Palácio da

¹³ CHOAY, Françoise. **A alegoria do património**. Lisboa: Edições 70, 2006, p. 91.

Ajuda, que tinha ficado interrompido com a saída da corte portuguesa para o Brasil¹⁴.

Muito haverá por indagar ainda em relação à atitude de D. Pedro IV para com os monumentos. Cremos, no entanto, poder afirmar com segurança que a consciência da importância histórica e artística de alguns edifícios, determinou que granjeassem um tratamento singular.

Em termos práticos, teremos que esperar algumas décadas para que o Estado português assumira verdadeira consciência das suas obrigações em relação ao património, vencendo o subterfúgio das carências do tesouro público, para criar um serviço burocrático eficaz de proteção aos edifícios de valor artístico e histórico.

D. Pedro II: o magnânimo imperador do Brasil

Tem sido muito criticada a educação recebida por D. Pedro I. Ele próprio reconhecia que: “(...) o defeito de não ter recebido uma educação conveniente eu tenho sentido, tudo o que tenho feito tem sido porque Deus me tem favorecido”¹⁵. No entanto, manifestou preocupações com a educação dos brasileiros e dos portugueses, mas, sobretudo, com os seus descendentes. À sua filha D. Maria, futura rainha de Portugal, não se cansou de dar conselhos sobre educação, como o que a seguir se cita, escrito em pleno Cerco do Porto:

*Eu estou contentíssimo contigo, agora por ver, e saber, que tu sentis-te que eu estivesse desgostoso em consequência de te mostrares um pouco preguiçosa: agora porem que tu, segundo me dizes e eu creio trataes de estudar como convem, e me dás provas d'isto eu me glorio de ter uma filha, tão obediente e tão minha amiga, como tu hes.*¹⁶

Ao seu filho e sucessor na coroa do Brasil dizia:

¹⁴ MARTINS, Ana Cristina. **Possidónio da Silva (1806-1896) e o Elogio d'Memória**. Um percurso na Arqueologia de Oitocentos. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2002, p. 65.

¹⁵ Carta de D. Pedro para sua filha D. Maria II, datada de 10 de Junho de 1832. Pub. por CARVALHO, Aires de. **D. Pedro d'Alcântara de Bragança 1798-1834**. Rio de Janeiro: Paço Imperial, 1987, p. 203, documento n° 19.

¹⁶ CARVALHO, Aires de, op. cit., p. 204, documento n° 22.

*O tempo em que se respeitavam os príncipes por serem príncipes unicamente acabou-se; no século em que estamos, em que os povos se acham assás instruídos de seus direitos, é mister que os príncipes igualmente sejam e conheçam que são homens e não divindades, e que lhes é indispensável terem muitos conhecimentos e boa opinião para que possam ser mais de pressa amados do que mesmo respeitados.*¹⁷

A educação daquele que viria a ser o segundo e último Imperador do Brasil, foi bem distinta da do seu pai¹⁸. D. Pedro II foi um erudito, que se interessou por quase tudo, da política às ciências, das artes à tecnologia. Mas a presença de D. Pedro na cena política foi bastante ativa e assumiu com dedicação a missão que lhe fora imputada por seu pai e pelo povo brasileiro. Os seus biógrafos reconhecem-lhe, por isso, uma espécie de dupla personalidade: a do político dedicado, hábil diplomata, capaz de liderar com tenacidade nos campos de batalha, e a do erudito ávido de conhecimento. No seu diário pessoal, em 1862, o soberano chega mesmo a afirmar: “Nasci para consagrar-me às letras e às ciências”. Neste domínio, assume-se ativamente como patrono das artes e das ciências, fundando diversas instituições. A Imperial Escola de Belas-Artes também recebeu grande apoio, fortalecendo a sua ação, e foram concedidas inúmeras bolsas de estudo para que alguns brasileiros pudessem frequentar as melhores escolas da Europa. Aos artistas, D. Pedro adquiriu inúmeras obras e marcou presença na inauguração das suas exposições.

Acérrimo defensor do conhecimento e da educação, terá utilizado estas “armas” ao serviço do desenvolvimento da nação brasileira e da afirmação de uma identidade nacional.

- Encontros com Portugal

A primeira vez que o Imperador do Brasil pisou solo português foi em 1871. Tinha 46 anos de idade. Voltaria novamente a Portugal, na segunda viagem que fez à Europa, em 1876-1877, e aqui acabaria sepultado, em 1891¹⁹.

¹⁷ COSTA, Sérgio Corrêa da, op. cit., p. 132.

¹⁸ LYRA, Heitor. **História de Dom Pedro II – 1825 a 1891**. v. 1 e 2. São Paulo: EDUSP, 1977, p. 18.

¹⁹ Morreu em Paris, no dia 5 de Dezembro de 1891, durante o exílio. Foi depois sepultado em São Vicente de Fora e trasladado para a sua terra natal, em 1921. Recebeu última morada, ao lado da imperatriz Tereza Cristina, no Mausoléu Imperial na Catedral de Petrópolis.

Mas os encontros com o nosso país fizeram-se mais cedo, sobretudo, através de correspondência com a família real e com alguns vultos da cultura portuguesa. Destacamos as cartas que trocou com o sobrinho, D. Pedro V, filho mais velho da rainha D. Maria II, que reinou, após a morte desta, entre 1853 e 1861. Através de extensas e interessantíssimas missivas, dá-se mútua conta da situação política, dos assuntos relacionados com as relações diplomáticas entre Portugal e Brasil, da instrução pública, das novidades literárias, e trocam-se documentos, legislação, experiências²⁰. A frequente alusão a múltiplas personalidades nas cartas que o rei de Portugal dirige ao tio, a minuciosa descrição do quotidiano do país, permitiu que D. Pedro II mantivesse uma circunstanciada aproximação à realidade portuguesa. Só assim se percebe que sem nunca ter vindo a Portugal, conhecesse tão bem o país, os seus monumentos e as suas instituições, e sem nunca se ter cruzado com Alexandre Herculano, o apreciasse tanto.

Consideramos também particularmente interessante a ligação que o Imperador do Brasil mantivera com o rei consorte, D. Fernando II, seu cunhado, testemunhada por alguma correspondência que trocaram. Numa longa carta, existente no Arquivo do Paço Ducal de Vila Viçosa, datada de 13 de Fevereiro de 1879, fica bem patente não apenas a proximidade entre os dois, mas também a afinidade cultural e artística das duas personalidades, já destacada por Francisco Queirós²¹. Uma espécie de “almas gémeas” no que ao conhecimento e à proteção das artes plásticas diz respeito, cada um no país que lhe foi destinado, e que alguns retratos de aparato pretendem tornar perenes, inserindo os monarcas em ambientes recheados de obras de arte. Na passagem por Portugal, ficaram registradas no diário do Imperador referências às conversas que tiveram e aos passeios que realizaram juntos por Lisboa. Sobre o Rei-artista, D. Pedro diz que: “O Fernando é muito fanhoso e lento na fala, porém seu olhar revela a inteligência, que se descobre melhor na conversa” (14 Junho 1871).

²⁰ LEITÃO, Ruben Andresen. **Cartas de D. Pedro V ao Imperador do Brasil**. Lisboa: [s/e], 1968.

²¹ QUEIRÓS, Francisco Alberto Fortunato. Carta de D. Pedro II, Imperador do Brasil, ao Rei D. Fernando II. **Revista da Faculdade de Letras – História**, Porto, II série, v. II, p. 217-234, 1985. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1951.pdf> Acesso em: 29 mar. 2012.

- A viagem de 1871-1872

Num período de apogeu do Império brasileiro, alcançada que estava a vitória diplomática sobre o Império britânico e a vitória militar sobre o Uruguai e sobre o Paraguai, o Imperador encontra oportunidade para concretizar o sonho antigo de viajar pela Europa e pelo Norte de África. A viagem teve início a 25 de Maio de 1871 e terminou, quase um ano depois, a 31 de Março de 1872.

Além de Portugal, D. Pedro, acompanhado da Imperatriz Tereza Cristina, visitou Espanha, Grã-Bretanha, Bélgica, Alemanha, Áustria, Itália, Egipto, Grécia, Suíça e França. Os dias começavam cedo e eram passados entre passeios a locais emblemáticos, visitas a instituições de ensino e investigação e encontros com algumas personalidades. Os testemunhos que da viagem ficaram mostram bem como foi intenso e fecundo o périplo.

Centremo-nos nas visitas a Portugal. Destas, deu o Imperador conta ao seu sobrinho, o rei D. Luís, através de carta datada de 15 de Maio de 1871. Informando-o da intenção de permanecer no país durante 13 a 15 dias, salienta que se trataria de uma viagem “de caracter *inteiramente* particular” e que seria seu desejo visitar a madrastra, D. Amélia de Leuchtenbeg, e a *invicta* cidade do Porto “no que houver de curioso, e couber no tempo”²². A comitiva imperial acabaria por permanecer em Portugal por duas vezes, 10 dias na ida, entre 13 e 22 de Junho de 1871, e 13 dias na volta, entre 1 e 13 de Março de 1872, por mais tempo do que estava previsto [Figura 8.2].

A primeira etapa foi passada em Lisboa, tendo D. Pedro II recebido a visita de familiares, de intelectuais e de alguns homens que tinham servido seu pai, como o marquês de Rezende ou o artista aristocrata, visconde de Menezes, com quem se quis inteirar “detidamente do estado das bellas artes entre nós, das collecções publicas e particulares, existentes no paiz, assim como das nossas academias, e do systema de estudos geralmente adoptado”²³.

Findos os oito dias de quarentena no Lazareto, uma vez que no Rio de Janeiro grassava então uma epidemia de febre amarela, o soberano aproveitou ainda para conhecer alguns locais simbólicos para a monarquia portuguesa, como o

²² Torre do Tombo, **Cartório da Casa Real**, Cap. 312, doc. 8.

²³ Os Imperadores do Brazil. **Diário Popular**, 16 de Junho de 1871, p. 1, coluna 5.

Terreiro do Paço e a estátua do rei D. José I, o Rossio e o monumento a seu pai, São Vicente de Fora, o Palácio da Ajuda, o Palácio das Necessidades, o Mosteiro dos Jerónimos.

Depois de oito meses em viagem pela Europa e pelo Egipto, os imperadores do Brasil regressaram a Portugal, a 29 de Fevereiro de 1872. Dirigiram-se para o Porto, onde tiveram uma recepção grandiosa, numa cidade completamente engalanada para a efeméride, com numerosos arcos triunfais que os fotógrafos M. J. de S. Ferreira e Silva Pereira registaram²⁴.

No norte e centro do país visitaram ainda Braga, Coimbra, Batalha, Alcobaça, Caldas da Rainha e Santarém, consagrando mais alguns dias à capital, onde permaneceram cerca de uma semana. Deslocaram-se também a Sintra, Queluz e Mafra, onde, acompanhado por D. Fernando II e pela Duquesa d'Edla, visitaram alguns edifícios notáveis.

- *Apreciações sobre as artes e o património nacional*

É através dos *Diários* de D. Pedro II que damos conta de algumas interessantes apreciações artísticas dirigidas à arte e aos monumentos portugueses, com os quais o soberano teve oportunidade de se confrontar nas viagens que fizera a Portugal. Trata-se de testemunhos muito apreciáveis, que atestam a sensibilidade artística do Imperador e onde os eloquentes adjetivos são, inúmeras vezes, ilustrados com desenhos saídos do seu próprio punho. Outras manifestações que teremos em consideração são os relatos de quem acompanhou de perto todo o périplo por Portugal. Estes constituem, igualmente, testemunhos relevantes, que ajudam a colmatar o desaparecimento de uma parte dos diários imperiais²⁵.

É no edifício do Lazareto, junto do Porto Brandão, com vista privilegiada para a frente ribeirinha da cidade de Lisboa, que encontramos as primeiras impressões. Aqui, o Imperador fala-nos de um “excelente edifício”, com uma “vista belíssima”²⁶.

²⁴ SIZA, M. Tereza. **O Porto e os seus fotógrafos**. Porto: Porto Editora, 2001.

²⁵ SYLVA, J. A. Telles da. **A primeira visita do Imperador do Brasil D. Pedro II a Portugal**. Lisboa: Embaixada do Brasil, [195-].

²⁶ Museu Imperial de Petrópolis, **Diários de D. Pedro II**, v. 11, 14 de junho de 1871.

Em São Vicente de Fora, D. Pedro II defrontou-se com uma “bela Igreja”, onde rezou junto aos túmulos do pai e de outros familiares. Já o Palácio da Ajuda, local de encontro com o rei D. Luís, achou-o “belo, mas frio por fora e por dentro”, ao passo que nas Necessidades lhe mereceu destaque a coleção de arte reunida por D. Fernando II, de modo que considerou o palácio “todo arte por dentro”, onde viu “tanto, tanto objecto de arte curioso”, que confessa ter ficado “tonto”²⁷. As “ricas obras d’arte” foram pretexto de longas conversas, sempre que o Imperador do Brasil esteve nas Necessidades²⁸.

De Lisboa, destacamos a visita ao Mosteiro dos Jerónimos. D. Pedro II percorreu o cenóbio no dia 20 de Junho de 1871, acompanhado de Alexandre Herculano. Impressionado com o monumento de Belém, o Imperador não hesita em afirmar: “Que mimosa arquitetura, sobretudo a parte inferior do claustro!”. Ao mesmo tempo, assinala algumas discrepâncias estilísticas patentes no monumento, dizendo que “a parte moderna do interior do templo desdiz muito do resto e a tórre cujo risco deu Cinati é muito pouco graciosa”²⁹. Estavam em curso obras de restauro e adaptação do monumento, que parece não terem agradado ao soberano.

No Porto, dirigiram-se aos monumentos e edifícios mais emblemáticos da cidade, começando pela Igreja da Lapa, onde homenagearam D. Pedro IV.

Na cidade *invicta* revelou-se particularmente interessante a deslocação à Academia e Ateneu de Belas-Artes, onde o Imperador pôde apreciar inúmeras obras de arte. Na galeria consagrada à pintura “examinou detidamente o excellent quadro de S. Jeronymo, pintado em madeira e attribuido a Gran Vasco, e em seguida os quadros originaes de José Teixeira Barreto, Pedro Alexandrino, Josepha d’Ayalla, Francisco Vieira Portuense, Domingos António Sequeira, Joaquim Raphael, Pirralho...”³⁰. Na ala de escultura, mereceu a sua atenção, o busto em barro de José da Silva Carneiro, professor de matemática, devido ao escultor António Couceiro.

Nas aulas da Academia, enalteceu as obras de Francisco José Resende, que veio a conhecer pessoalmente, de João António Correia, de Guilherme António Correia e de Augusto Roquemont, e “examinou depois os trabalhos dos alumnos e

²⁷ Museu Imperial de Petrópolis, **Diários de D. Pedro II**, v. 11, 21 de junho de 1871.

²⁸ CORTE REAL, José Alberto Silva et al. Viagem dos Imperadores do Brasil em Portugal. Coimbra: Impensa da universidade, 1872, p. 261-262.

²⁹ SYLVA, J. A. Telles da, op. cit.

³⁰ CORTE-REAL, José Alberto, Silva et al., op. cit., p. 101.

elogiou alguns, mostrando pela judiciosa crítica e acertadas observações que fez de algumas pinturas e estátuas, (...) que era um distinto admirador de bellas-artes”.

Depois de Braga e Coimbra, no percurso para Lisboa, não faltou uma visita ao Mosteiro da Batalha [**Figura 8.3**], onde o Imperador pôde recordar as lições que recebera de Alexandre Herculano e apreciar os coloridos vitrais do templo, a Capela do Fundador e as Capelas Imperfeitas, que o impressionaram. Decorria a ampla campanha de restauros do monumento batalhino, iniciada em 1840. A presença do responsável pelas obras, arquiteto Lucas José dos Santos Pereira, permitiu que a imperatriz Teresa Cristina manifestasse “que achava as obras modernas em perfeita harmonia com as antigas”³¹.

Da Batalha, partiram para o Mosteiro de Alcobaça, seguindo-se uma breve paragem em Caldas da Rainha.

De novo em Lisboa, os soberanos brasileiros quiseram conhecer outros monumentos e instituições, particularmente os devidos à iniciativa régia. Mereceu lugar eminente o Museu da Real Associação dos Arquitetos Portugueses, que “Sua Magestade tinha muito empenho em visitar”, por constituir um “valioso repositório da arte antiga”³². A visita ao museu foi acompanhada por Joaquim Possidónio da Silva, distinto arquiteto da Casa Real e presidente daquela associação. Numa visita demorada, o Imperador admirou o espólio do museu, a tumulária, os retratos de distintos arquitetos portugueses e alguns livros da biblioteca, entre os quais lhe mereceu maior atenção a luxuosa obra de James Murphy relativa ao Mosteiro da Batalha.

Sobre o edifício do Carmo, D. Pedro II terá reconhecido “que escolheram bom e apropriado local para o museu de arqueologia”, aproveitando para recomendar a Possidónio da Silva “que cuidassem na conservação dos monumentos do paiz”, talvez por ter achado alguns deles necessitados de intervenção³³.

Como havia sucedido no Porto, foi particularmente interessante a visita à Academia de Belas-Artes da capital, onde se fizeram todos os esforços para

³¹ Ibidem, p. 249. Sobre a Imperatriz Teresa Cristina, Eugenia Zerbini considera que “foi ofuscada pela exaltação a D. Pedro II, mas o gosto pela arqueologia e a sensibilidade para as artes fariam dela uma personagem fascinante” (Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/retrato/a-imperatriz-invisivel> Acesso em: 9 out. 2012).

³² Ibidem, p. 268.

³³ Ibidem, p. 274.

organizar e exibir a totalidade das coleções existentes naquele estabelecimento, apresentando-se algumas pela primeira vez ao público.

A visita foi conduzida pelo Marquês de Sousa Holstein, subinspetor da Academia. No amplo acervo artístico, mereceram distinta atenção do monarca a representação de Santo Agostinho, de Vieira Portuense, e as cópias da Transfiguração de Rafael e da Comunhão de S. Jerónimo de Dominichino, executadas por António Manuel da Fonseca, artista que D. Pedro II conheceu. Apreciou ainda o esboço de Domingos António de Sequeira, representando uma Alegoria à Constituição de 1820.

Na escultura, foram as obras de Simões de Almeida a causarem “vivo interesse a Sua Magestade” [Figura 8.4].

Na visita aos ateliês, encontrou-se com os pintores Tomás d’Anunciação e Miguel Ângelo Lupi, com o escultor Víctor Bastos, com os pintores e gravadores João Pedroso e Joaquim Pedro de Sousa e com o arquiteto José da Costa Sequeira. Examinando modelos, obras terminadas e em curso, teve o ensejo de mostrar que conhecia, através da obra feita ou de escritos sobre elas, boa parte dos artistas portugueses.

Os imperadores visitaram ainda o Palácio da Pena, onde “viram e admiraram os caprichosos e mil variados ornatos de architectura do palácio, as riquíssimas preciosidades artísticas que o senhor D. Fernando alli tem cuidadosamente reunido, formando um verdadeiro muzeu...”, e o Palácio da Vila, que “Sua Magestade muito gostou de vêr”, ambos em Sintra. Seguiram depois para Queluz, e não deixaram de visitar o grandioso convento de Mafra, altura em que conheceram Luciano Cordeiro.

- As ofertas artísticas

De norte a sul do país, foram inúmeras as ofertas com que os portugueses quiseram assinalar a primeira viagem dos imperadores do Brasil a Portugal. Ofereceram-lhes inúmeras publicações sobre os vários domínios do saber, mas também algumas obras de arte de que o relato da viagem, publicado em 1872, dá conta.

De acordo com a fonte citada, ficamos a saber que o pintor Visconde de Menezes ofereceu ao Imperador várias gravuras e fotografias, e à Viscondessa, sua mulher, uma pintura a óleo executada pelo seu marido, cujo tema não se identifica.

Destacam-se ainda algumas obras de pintura, nomeadamente dois quadros pintados e oferecidos por Francisco José Resende, representando uma camponesa dos carvalhos e um retrato do rei D. Luís; um quadro, da época de D. João IV, representando os 21 primeiros reis portugueses, oferta do romancista Camilo Castelo Branco; e uma paisagem do brasileiro Adolpho Cyrillo de Sousa Carneiro, que se encontrava a estudar na Academia de Belas-Artes do Porto.

Aos soberanos brasileiros foram oferecidas outras peças interessantes. Das mãos do artista lisbonense Domingos Venâncio receberam “um medalhão em cobre, representando em alto-relevo o monumento de sua Magestade o sr. D. Pedro IV”; no Porto, foram brindados com uma medalha comemorativa da visita, concebida pelo gravador Arnaldo Molarinho; o escultor Severiano José de Abreu, de Lisboa, ofereceu “uma linda coroa imperial e uma almofada, fabricadas em pedra lioz” e o seu filho, José Miguel d’Abreu, professor de desenho na Universidade, dois desenhos³⁴; a Companhia de Fundição Perseverança presenteou os Imperadores com um busto em bronze do primeiro duque de Palmela.

D. Pedro II recebeu também o 1º volume do *Panorama Fotografico*, de Simões de Castro, e um álbum de fotografias de alguns monumentos históricos portugueses, oferecido pelo fotógrafo lisboeta Joaquim Coelho Rocha, o mesmo que havia sido designado para fotografar a recepção aos imperadores no Lazareto. Trata-se de uma obra desconhecida entre os portugueses e que, a julgar pela sua data, poderá contribuir para o estudo dos monumentos lusos, numa altura em que esses ou se encontravam em fase de restauro ou aguardavam por ele³⁵.

- *Ecos da viagem a Portugal: a difusão do património português no Brasil*

A viagem a Portugal dos imperadores do Brasil revestiu-se de enorme solenidade. De acordo com as palavras de um relato coevo, “nenhum príncipe foi

³⁴ Ibidem, p. 358.

³⁵ Fotógrafo que hoje é praticamente incógnito em Portugal. Sobre o álbum de fotografias da sua autoria, não o conseguimos localizar nem em Portugal, nem no Rio de Janeiro, onde estivemos. CORTE-REAL, José Alberto Silva et al., op. cit., p. 330.

ainda recebido em Portugal com manifestações tão honrosas como o Imperador do Brasil e a Imperatriz, sua esposa”³⁶.

A assinalar o momento, do lápis do prodigioso Rafael Bordalo Pinheiro saíram alguns desenhos satíricos, publicados com o título *Apontamentos de Raphael Bordalo Pinheiro sobre a Picaresca Viagem do Imperador de Rasilb pela Europa*. Nas “Farpas”, Eça de Queirós e Ramalho Ortigão também não ficaram indiferentes ao acontecimento, dedicando-se várias páginas de redação irónica e mordaz.

Em Portugal ficaram as melhores impressões do Imperador, e também o Imperador terá ficado “rendido perante a beleza e significado dos nossos principais monumentos”, como escreve Mário Quartin Graça³⁷. Em forma de magníficas fotografias, devidas a Francesco Rocchini, Joaquim Coelho da Rocha, Vigé & Pléssix ou Wenceslau Cifka, levou para o Brasil alguns dos nossos mais emblemáticos monumentos, que hoje fazem parte da coleção Teresa Cristina.

Para o outro lado do Atlântico, D. Pedro levou ainda as memórias dos sítios e das conversas que tivera, a imagem de um país em progresso e a vontade de cá voltar. Tal viria a suceder em 1876-1877, quando empreende a segunda viagem à Europa, destacando-se desta apenas o reencontro com Alexandre Herculano, aquele que considerava ser o homem mais eminente do nosso país, precisamente no ano da sua morte.

Em termos artísticos, talvez o principal reflexo da viagem de 1871-1872 tenha sido a Exposição Portuguesa, que veio a ter lugar no Rio de Janeiro, em 1879 – mas pensada logo em 1872 –, e que contou com o impulso de Luciano Cordeiro e de Marcelino Ribeiro Barbosa. O apoio imperial ao evento manifestou-se com D. Pedro II a presidir a abertura da exposição³⁸.

A par de produtos agrícolas, tecidos e mobiliário exibiram-se, nas salas no recém-inaugurado edifício neomanuelino da Tipografia Nacional, inúmeras obras de arte de artistas portugueses. Estiveram ali patentes obras dos pintores Francisco Metrass, Tomás da Anunciação, José Malhoa, Columbano, Alfredo Keil, Miguel Ângelo Lupi, Luís Ascêncio Tomasini, e dos escultores Alberto Nunes, José

³⁶ CORTE-REAL, José Alberto Silva et al., op. cit., p. 5.

³⁷ GRAÇA, Mário Quartin. O Imperador do Brasil em Lisboa (1871-1872). **Revista Municipal**, Lisboa, n. 134-135, Separata, p. 22, 1972.

³⁸ Sobre a exposição de 1879, veja-se Maria João Neto, intitulado “A Exposição Portuguesa no Rio de Janeiro em 1879: Ecos de um diálogo entre Arte e Indústria”, nestas atas.

Moreira Rato, Víctor Bastos, entre outros. Se alguns autores gozavam já de reconhecimento em território brasileiro, outros davam assim os primeiros passos no árduo percurso da afirmação internacional, estreitando as relações culturais e artísticas entre Portugal e o Brasil.



Figura 8.1 - Maurício Sendim, *D. Pedro IV, D. Amélia de Beauharnais e D. Maria II em visita à Casa Pia*, 1834.



Figura 8.2 - Mapa de Portugal com indicação das localidades visitadas pelos Imperadores do Brasil.



Figura 8.3 - Foto do Mosteiro da Batalha, anterior a 1872.

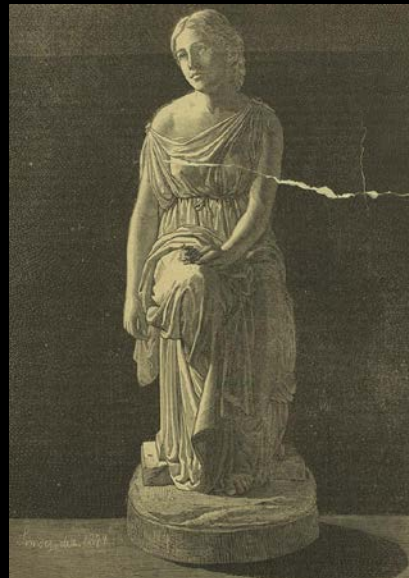


Figura 8.4 - Simões de Almeida, *Saudade*, 1879.